



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**SÍNTESE DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA DO**  
**OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO**

**Maputo, Outubro de 2012**

## ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO .....	3
II. TEMAS APRESENTADOS .....	5
A) APRESENTAÇÃO DO BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DO I SEMESTRE DE 2012.....	5
B) APRESENTAÇÃO DAS LINHAS GERAIS DA PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2013 .....	6
C) APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE REFORMA E DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ERDAP).....	6
D) APRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL .....	7
E) INTERVENÇÃO DOS PARCEIROS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	8
III. PROBLEMAS LEVANTADOS E PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES.....	8
IV.    CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	12
V.    PROGRAMA DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO.....	15
VI.    LISTA DE PRESENÇAS .....	16

## I. INTRODUÇÃO

1. No âmbito do Processo de Planificação e Monitoria Participativa envolvendo a Sociedade Civil e os Parceiros de Cooperação Internacional, realizou-se no dia **03 de Outubro de 2012**, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, Cidade de Maputo, a **12ª Sessão Plenária do Observatório do Desenvolvimento Central**.
2. O Observatório de Desenvolvimento (OD) é um fórum consultivo e participativo entre o Governo e os Parceiros Nacionais e Internacionais para a promoção do desenvolvimento sócio-económico sustentável, no concernente à planificação, execução, monitoria e avaliação dos instrumentos de planificação.
3. A 12ª Sessão do Observatório é a Segunda Sessão do Observatório de Desenvolvimento realizada no presente ano. A primeira sessão ocorreu em Março, no quadro do processo de Revisão Anual, onde passou-se em revista o nível de implementação do Plano Económico e Social de 2011, bem como o Relatório de Execução Orçamental do mesmo ano.
4. A presente sessão enquadra-se no processo da Reunião de Planificação do Quadro de Avaliação do Desempenho para 2013, processo conjuntamente lançado pelo Governo e Parceiros, a 3 de Setembro do ano em curso que tem, entre outros objectivos:
  - (i) Acordar indicadores e metas para 2013 e 2014 as Matrizes de Avaliação do desempenho do Governo e dos Parceiros de Cooperação;
  - (ii) Avaliar os progressos registados em relação aos assuntos de atenção especial saídos do processo da Reunião Anual de 2012; e
  - (iii) Passar em revista as metas cujo nível de progresso até agora alcançado aponta para um desempenho que não alcançará os indicadores programados para 2012. Assim, As recomendações saídas da sessão plenária farão parte do

documento final da Reunião de Planificação do Quadro de Avaliação do Desempenho, o Aide Memoire.

5. A Sessão contou com a presença de 160 Participantes, entre membros do Governo, representantes da Sociedade Civil (G-20) e Parceiros de Cooperação Internacional. Do lado do Governo estiveram presentes o Ministro das Finanças, que dirigiu a sessão, o Ministro da Agricultura, a Ministra da Justiça, a Ministra dos Recursos Minerais, a Ministra da Função Pública, e Vice-Ministros (as) das Obras Públicas, Saúde e Administração Estatal. O encontro contou ainda com a presença da Governadora da Cidade de Maputo e do Presidente do Instituto Nacional de Estatísticas, na qualidade de convidados (**vide em anexo o programa e a lista de participantes**).
  
6. No seu Discurso de Abertura, Sua Excelência o Ministro das Finanças, Manuel Chang, sublinhou que o papel das Sessões do Observatório de Desenvolvimento no desenho e na implementação de estratégias de luta contra a pobreza, facto que é testemunhado pela adopção do Observatório de Desenvolvimento como uma experiência a ser replicada ao nível da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).
  
7. Tendo em conta que o Observatório de Desenvolvimento é igualmente um espaço privilegiado para a partilha de informação entre as 3 partes presentes (Governo, Parceiros de Cooperação e Sociedade Civil), foi lançado, em nome do Governo, o desafio para que outros intervenientes possam, igualmente, agendar temas de interesse mútuo para a partilha e reflexão, uma vez desde a instituição deste fórum em 2003, este papel tem sido desempenhado exclusivamente pelo Governo.

## II. TEMAS APRESENTADOS

### a) Apresentação do Balanço do Plano Económico e Social do I Semestre de 2012

8. Coube ao Governo, fazer a apresentação relativa ao Balanço do Plano Económico e Social do Primeiro Semestre de 2012.
9. A apresentação focalizou o Contexto Internacional e aos Principais Indicadores Macroeconómico e Sociais, Produção Global, bem como resumiu as principais acções dos diversos Sectores do Governo (vide apresentação em anexo).
10. Em resumo, a produção global cresceu 7.3% (plano anual de 8.5%), o que representa uma evolução de 0,2pp, em relação a igual período do ano transacto; a taxa de inflação média foi de 6.18% (previsão anual de 7.2%), o que significa que houve uma redução de 8,57% em relação a igual período do ano transacto; as exportações no 1º trimestre 2012 situaram-se em USD 938 milhões (meta anual de USD 3.116 milhões), o que corresponde a um crescimento de 48%, em igual período de 2011.
11. Em relação as reservas internacionais líquidas, o saldo foram de USD 2.264 milhões (plano anual de USD 2.438 milhões), representando um crescimento de 8% em relação a igual período de 2011;
12. Finalizou sublinhando que perante estes resultados que consubstanciam a dinâmica e bom desempenho da economia do país, perspectiva-se que até ao final do presente exercício económico o cenário positivo mantenha-se apesar da crise financeira que afecta as economias dos países da zona euro e não só, que acabam influenciando, igualmente, a economia moçambicana.

## **b) Apresentação das Linhas Gerais da Proposta do Plano Económico e Social para 2013**

13. A apresentação das linhas gerais da proposta do PES 2013 focalizou os aspectos sobre o Contexto Internacional e Nacional, no que se refere aos Indicadores Macroeconómicos e Sociais, e as principais acções do Governo por pilares.
14. Em termos de indicadores macroeconómicos internacionais, prevê-se que a Economia Mundial cresça em cerca de 3.9%, a taxa de inflação mundial atinja 3.7% e o preço do Barril de Petróleo atinja 110 USD por Barril em 2013. No que se refere a economia nacional prevê-se que o PIB Nominal alcance os 482.871 Milhões de Meticais, a taxa de crescimento real se situe em 8.4%; o PIB per capita seja de 649 USD por pessoa; a taxa de inflação média anual seja de 7.5%, a Cobertura de Reservas Líquidas seja de 4.8 meses de importação e as exportações atingiram cerca de 3.558 Milhões de USD.

## **c) Apresentação da Estratégia de Reforma e de Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP)**

15. A ERDAP (2011-2025) resulta de um processo inclusivo, envolvendo diversos intervenientes: Sector público — dirigentes, gestores a todos os níveis, funcionários e agentes do Estado; Sector privado; Instituições de Ensino Superior públicas e privadas; Sociedade civil e parceiros sociais; Parceiros de cooperação.
16. Tem como Missão, garantir a prestação de serviços públicos de qualidade, através de recursos humanos qualificados e motivados, processos eficientes e sistemas integrados,

com base numa gestão financeira rigorosa e transparente e numa estrutura consolidada, responsabilizada e de actuação íntegra e coordenada.

17. A ERDAP como instrumento estratégico de longo prazo (até 2025), desdobra-se em Planos de Acção de 5 anos, operacionalizado através de planos anuais de cada sector.
18. Foram igualmente pontos da agenda, as intervenções da Sociedade Civil e dos Parceiros de Cooperação. (Em anexo as apresentações efectuadas).

#### **d) Apresentação da Sociedade Civil**

19. A intervenção da Sociedade Civil consistiu na apresentação do estudo: “Novos Tempos, Novos Desafios, Velhos Problemas de Desenvolvimento”, cujo objectivo é a Pesquisa de Opinião sobre o Grau de Satisfação da População em relação aos Bens e Serviços Públicos providenciados; Análise das Implicações sobre a Planificação Estratégica e Operacional e sobre Responsabilidade dos Parceiros de Desenvolvimento.” O estudo foi condizido com base na evidência de de base recolhida no Distrito de Ancuabe, em Cabo Delgado; Changara, em Tete; Mocuba, na Zambézia; Monapo, em Nampula; Panda, Inhambane; e Sussundenga em Manica.
20. O estudo indica que as intervenções do Governo deveriam priorizar primeiro, o abastecimento de água; segundo, as infraestruturas rodoviárias (estradas); terceiro, a geração de rendimentos; quarto, a saúde; quinto, o uso de terra para agricultura e; sexto, a educação.

## **e) Intervenção dos Parceiros de Cooperação Internacional**

21. A intervenção dos Parceiros Internacionais foi proferida pela Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Moçambique. Na ocasião, felicitou o Governo pela Liderança da organização do encontro, tendo enfatizado que os Observatórios de desenvolvimento respondem ao compromisso do Governo em assegurar que os processos de desenvolvimento sejam participativos e transparentes, o que está em consonância com a Declaração de Busan, pela reafirmação aos princípios fundamentais de continuar com as parcerias de desenvolvimento, focalização nos resultados e estabelecimento de parcerias inclusivas com transparência e responsabilidade.
  
22. Para terminar, reconheceu que o Plano Económico e Social desempenha um papel cada vez mais importante na monitoria do desenvolvimento do País e merece apreciação e discussão aberta e que uma administração pública dedicada ao serviço dos cidadãos e cumprindo com as prioridades nacionais de desenvolvimento é fundamental para a Redução da Pobreza.

### **III. PROBLEMAS LEVANTADOS E PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES**

23. Reconheceu-se a importância dos processos participativos no momento da planificação, dado que a Sociedade Civil pode trazer evidências da realidade moçambicana e pontos de vista do cidadão que ajudam a orientar a planificação do Governo. Recomendou-se assegurar este processo participativo no âmbito da planificação também ao nível das províncias. Foi acordado a necessidade da apresentação dos dois instrumentos de gestão do Governo (PES e OE) numa sessão do OD antes da sua submissão a Assembleia da República para permitir a inclusão das recomendações desta sessão.

24. Das intervenções efectuadas em plenária incluindo na discussão aberta, foram levantadas várias questões referentes ao processo de planificação do Governo. Assim, no ponto seguinte são sistematizados os principais problemas levantados e as respectivas recomendações:

i. Ausência de análise qualitativa no relatório de Balanço do Plano Económico e Social do Governo;

25. Sobre este ponto o Governo esclareceu que apresentação era um resumo do documento global e que este apresenta maior detalhe qualitativo com referência ao capítulo de medidas de política, disponível no Web site do MPD. Adicionalmente referiu que a avaliação qualitativa é um processo de médio prazo com base nos indicadores de resultado e inquéritos múltiplos, não podendo por isso ser apresentado anualmente.

- **Recomendação da Sociedade Civil:** Há necessidade de se visualizar com maior clarividência o impacto na vida da população dos números positivos que o Governo tem apresentado nos relatórios;

26. A Sociedade Civil questionou sobre o valor orçado para o HIV/SIDA na proposta do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2013 e solicitou explicação sobre a mudança de metodologia no apuramento das metas no sector de Águas.

27. Sobre o valor alocado para o HIV/SIDA, o Governo, referiu que registou-se um salto significativo de 152.3 milhões de Mt em 2012 para 170 milhões de Mt em 2013 provenientes da componente interna, sendo que em 2013 não haverá financiamento externo através do Fundo Comum anteriormente em funcionalmente para o CNCS.

- ii. Necessidade de medidas claras e concretas no sector dos Transportes, com principal destaque para as Cidades de Maputo e Matola.
28. Quanto ao desafio ligado ao sector de transportes em Maputo, o Governo informou que está prevista para 2013, a aquisição de 100 autocarros para fazer face aos problemas dos transportes urbanos.
- **Recomendação da Sociedade Civil:** Necessidade de melhorar a gestão dos meios transporte públicos já existentes, uma vez que na prestação dos serviços públicos importa a qualidade e não apenas a quantidade.
- iii. Decorrente da Mudança de Metodologia na definição de metas do sector das águas (de 500 pessoas por fonte de água para 300 pessoas), até que ponto as metas programadas pelo Governo são realísticas;
29. O Governo esclareceu que está previsto um esforço adicional do Governo para poder atingir a meta, mesmo tomando em conta a revisão da metodologia, evidencia da prioridade dado ao ao desafio de aceso a agua pelo Governo. Dado que se trata de uma nova methodology, os resultados da mudança poderão ser vistos em 2013.
- iv. Qual a possibilidade de se incrementar o subsidio social básico que neste momento é de 130.00 MT, tendo em conta o aumento continuo dos preços dos alimentos, através da realocação de "Recursos Ociosos" em algumas instituições como é o caso do INSS.
30. Sobre este assunto, o Governo explicou que o incremento do valor da acção social tem estado a acontecer dentro das possibilidades orçamentais existentes. Na ocasião, esclareceu que os recursos do INSS são contribuições do sector privado, não podendo ser alocados ao Orçamento do Estado.

- **Recomendação da Sociedade Civil:** Há necessidade de o Governo Discutir as fontes alternativas para mobilizar recursos para posterior alocar a protecção Social, potencialmente através dos impostos a serem pagos pelos Grandes-Projectos;
- v. Qual a possibilidade de privilegiar os recém-graduados na afectação dos 7 milhões, tendo em conta que estes têm maior capacidade de gestão.
31. Paraphrasing Segundo a Sociedade Civil: *"...tem sido generalizada a percepção de que os 7 milhões são uma oferta política, um prémio aos bons camaradas e uma oportunidade para que os gestores dos FDD realizarem-se materialmente."*
- **Recomendação da Sociedade Civil:** Refinar os critérios de alocação dos "7 milhões", afectando-os a grupos controlados (ex.: os graduados das universidades e escolas técnicas, com visão de empreendedorismo; ou empreendedores locais com capacidades e competências comprovadas), com mecanismos institucionais de gestão consistentes.
32. Sobre o assunto, foi esclarecido que os "7 milhões" destinam-se às comunidades e que o Governo reconhece que deve reforçar as capacitações ou formação na área de gestão. Outrossim, o Governo não vê ate que ponto os Recém graduados são excluídos do processo, sendo condição para se beneficiarem do financiamento, ser residentes de uma determinada localidade, e apresentar seus projectos ao nível do Posto administrativo ou mesmo ao nível dos municípios (PERPU).
33. Sobre Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP), a Sociedade Civil solicitou a sua monitoria através dos Observatórios de Desenvolvimento, sugestão que foi prontamente acolhido pelo Governo. Foi indicada ainda a importância dos aspectos de ética e deontologia profissional captados pela ERDAP.

34. Sobre o ERDAP a Ministra da Função Pública afirmou que as questões de ética e deontologia profissional estão na Lei da Probidade Pública e nos respectivos códigos e que o OD seria o fórum de Monitoria da implementação da ERDAP.
35. A Vice Ministra da Saúde esclareceu sobre o Rácio de Trabalhadores de Saúde nas áreas de Medicina, Enfermagem e Saúde Materno Infantil por 100.000 habitantes, respondeu que durante o primeiro semestre, Iniciaram 41 (55%) cursos com 1.293 alunos, foram encerrados 21 cursos com 593 (30%) e foram Colocados 900 novos graduados, o correspondente a 42%. De toda maneira salientou que o rácio ainda está aquém do desejado e que continua o principal desafio do Governo a sua redução tendo em conta as metas da Organização Mundial da Saúde.
36. Em termos de dados sobre o desemprego foi referido que está em curso o INCAF 2012 que vai actualizar os dados sobre o IFTRAB 2005. Ainda nesta matéria, foi aprovado o Observatório do Mercado do Emprego.
- vi. Levantada preocupação sobre o Idoso em Moçambique (vide documento em anexo: Forum da 3ª idade).

#### **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

37. Foi reconhecido que o Observatório de Desenvolvimento registou progressos comparativamente às sessões anteriores, a avaliar pela natureza das discussões e intervenções. A título de exemplo, o estudo da Sociedade Civil reconhece os progressos registados pelo Governo em algumas áreas e aponta desafios que merecem ainda maior atenção pelo Governo; sendo (i) o fraco acesso a água e saneamento; (ii) os meios de

- transporte na cidade de Maputo e Matola; e (iii) Necessidade de mobilizar recursos para incrementar a alocação da Protecção Social.
38. Exortou a redução das apresentações para criar maior tempo de discussão;
39. A 12ª Sessão foi saudada como uma experiência positiva, na medida em que é a **primeira Sessão do Observatório virada para o processo da Planificação do Governo**, prática que deve ser estendido as Províncias e não somente a monitoria e avaliação que tem caracterizado a temática deste Fórum;
40. O Governo dispôs-se a comentar o estudo da Sociedade Civil para que o mesmo seja aprimorado, a fim de se evitar a divulgação de informações imprecisas bem como para uma melhor harmonização das suas conclusões;
41. As preocupações da Sociedade Civil estão minimamente acauteladas nas propostas do PES e OE 2013, consubstanciadas pelo aumento de recursos nas áreas reportadas como críticas pelo estudo.
42. No geral as preocupações levantados pela Sociedade Civil estão devidamente anotadas e acolhidas pelo Governo, e estudo da Sociedade Civil evidencia a preocupação conjunta de melhorar o bem estar da população. Sera dado seguimento e discutidos os 3 pontos mais críticos levantado no OD durante a seguinte **Sessão do Observatório**.

Sua Excia o Ministro das Finanças encerrou a sessão agradecendo a presença de todos os participantes da 12ª Sessão plenária do Observatório de Desenvolvimento.

**Maputo, 05 de Outubro de 2012**

## V. Programa da 12ª Sessão Plenária Observatório de Desenvolvimento

### *Programa*

*Data: 03 de Outubro de 2012*

*Local: Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano*

08:30 – 9:00h *Registo dos Participantes.*

09:00 – 09:10h *Abertura da 12ª Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento - Por Sua Excelência o Ministro das Finanças.*

09:10 – 09:30h *Apresentação do Documento do Balanço do PES do 1º Semestre de 2012.*

09:30 – 09:50h *Apresentação das Principais Linhas das Propostas do PES e OE para 2013.*

09:50 – 10:05h *Apresentação do Documento da Estratégia da Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública.*

10:05 – 10:20h *Intervenção do Representante da Sociedade Civil.*

10:20 – 10:35h *Intervenção do Representante dos Parceiros*

10:35 – 11:35h *Discussão Aberta.*

11:35 – 11:45h *Encerramento – Conclusões e Recomendações da 12ª Sessão do Observatório de Desenvolvimento.*

11:45h *Lanche.*

## VI. LISTA DE PRESENCAS

**Local: Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano**

<b>Nº de Ordem</b>	<b>Nome Completo</b>	<b>Instituição</b>
1	Lúcia L. Manjate	F.T.T
2	Raimundo Matule	MINAG, D.E
3	Carla Machavane	CESEC
4	Guida Mugalle	MJ
5	Marta Cumbe	FDC
6	Joseph Ribeiro	BAD
7	Rasmus Bakke	Embaixada da Noruega
8	Pascual Loreiro	TVM
9	Polly Dunford	USAID
10	Young Kim	WB
11	Angelina R. Langa	M.F.
12	Carlos Perez	AECLO
13	Horácio Simão	AT
14	<b>Verónique Legealt</b>	<b>OXFAM BELGICA</b>
15	Samo Dique	MF / DEAE
16	André Utui	MINED
17	Inácio Fuleque	MF / DNO
18	José Alberto	MPD
19	Sérgio Falange	PSCM – PS
20	Rui António	R.D.C

<b>21</b>	George Hegarty	Bem. Irlanda
<b>22</b>	Gaspar Muniqueela	MJ
<b>23</b>	Anita Sandsmon	Suécia
<b>24</b>	Carlos Mati	Noruega
<b>25</b>	Victor Aires Monteiro	MPD
<b>26</b>	Amandio Borge	TV MIRAMAR
<b>27</b>	Graciete Jocute	MICOA
<b>28</b>	Amélia Faustino	ABIODES
<b>29</b>	Igmacio Cabroa	AECID
<b>30</b>	Sirkia Hellster	Finlandia
<b>31</b>	Xavier Chavana	MPD
<b>32</b>	Karina Tamele	Forum Mulher
<b>33</b>	Noemia Utxavo	MPD
<b>34</b>	R. Veltemo	Bem. Italia
<b>35</b>	Eduardo Hunuara	MIREM
<b>36</b>	Jerónimo Napilo	GMD
<b>37</b>	Esmeralda Fumo	BM
<b>38</b>	Tílio Nuvunga	RUTH
<b>39</b>	Edson Aranez	Correio de Moç.
<b>40</b>	Maela Mapoissa	DPPF Gaza
<b>41</b>	Simão Tila	JOINT
<b>42</b>	Humberto Zaqueo	GMD
<b>43</b>	Alberto Nhampossa	CONSILMO
<b>44</b>	Domingos Tembe	SINTIME

<b>45</b>	João José Utui	TEIA / GMD
<b>46</b>	Eufreginia dos Reis	GMD
<b>47</b>	Benilde Garrine	PAP secretariado
<b>48</b>	Niels Richter	Embaixada da Dinamarca
<b>49</b>	Mogens Pedersen	Embaixada da Dinamarca
<b>50</b>	Maria Sofia Manussa	MINAG
<b>51</b>	Sigia Piepes	Emb. Alemanha
<b>52</b>	Isabel Sumar	MF
<b>53</b>	Simão Jorge	IND / MINEC
<b>54</b>	Anisio Chemane	DNPDR
<b>55</b>	Avelino N. Mochona	MIREM
<b>56</b>	Lohlde Noe	MULEIDE
<b>57</b>	José Maria	MIC
<b>58</b>	Candida Moiane	MAE
<b>59</b>	Nilza M. David	CPI
<b>60</b>	Joana M. O.	OXFAMVanda
<b>61</b>	Castelo Castelo	DNEAP - MPD
<b>62</b>	Castilho Banda	DNEPP MIP
<b>63</b>	José Melio	Italia
<b>64</b>	António Mondlane	Noticias
<b>65</b>	Eva Tavona	MIC
<b>66</b>	José Clalufo	MIC
<b>67</b>	Philippe Brunet	AFD
<b>68</b>	Hélder F. Malauene	DHD

<b>69</b>	Yolanda Fonseca	AT - GPECT
<b>70</b>	António Luciano Mucabel	DPPF Gaza
<b>71</b>	Nancy Mackay - Dictrich	CIDA
<b>72</b>	Diogo Milagre	CNCS
<b>73</b>	Shaun Cceary	British High Comission
<b>74</b>	Jocema Mason	PNUD
<b>75</b>	Otilia Zualo	BM
<b>76</b>	Condes Fernandes	FTI
<b>77</b>	Edmond Wega	CIDA
<b>78</b>	Hortense Uetela	MPD
<b>79</b>	Iracema Duarte	GMD – G20
<b>80</b>	Virgine Guambe	MJ - SA
<b>81</b>	Joaquim S. Bila	IND - MINEC
<b>82</b>	Chistene Elda	Emb. USA
<b>83</b>	IANLO GENTIL	CONCERN
<b>84</b>	Francisco Macaringue	INE
<b>85</b>	Francesca Buschi	COOP. Italiana
<b>86</b>	Marisa Alves	MPD
<b>87</b>	Frederique	Holanda
<b>88</b>	Anderoz Varlsen	Dinamarca
<b>89</b>	Eva Kohr	Austria
<b>90</b>	Eunicia Machava	MFP
<b>91</b>	Maria Eunicia Machava	GMD
<b>92</b>	Maria Isaltina Lucas	MF

<b>93</b>	Vanessa Mendossa	MPD
<b>94</b>	João Carlos	PNUD
<b>95</b>	Adelson Caetano	MPD
<b>96</b>	Messias Macie	MOPH / DNA
<b>97</b>	Betline Maas	UNFDR
<b>98</b>	Acreda	UNFDR
<b>99</b>	Arlindo	AT - GPECI
<b>100</b>	Angela Nhalidade	MF – OEAE
<b>101</b>	António Mandlate	MP
<b>102</b>	Nataniel Nambora	ARISO
<b>103</b>	Alfredo Mutombene	MPD
<b>104</b>	Célia Matos	MISAU
<b>105</b>	Cande Peychuand	Coop. Francesa
<b>106</b>	Amílcar Tivane	MF / DNO
<b>107</b>	Grilo Lobrino	MFP
<b>108</b>	Mair Teles	FCS UEM
<b>109</b>	André Chemane	MIC
<b>110</b>	Natércia Ester	USTM
<b>111</b>	Ismael Fumo	MTC
<b>112</b>	Jorge Cossa	AT – GPECI
<b>113</b>	Aucia Herbertt	DFUD
<b>114</b>	Luciano Josoe	MMAS
<b>115</b>	Dato Vilissa	Emb. Dinamarca
<b>116</b>	Sheila Mavie	FE

<b>117</b>	Ana Maria	MF
<b>118</b>	Niculin Jaeger	Emb. Switzerland
<b>119</b>	Ulla Andre	Emb. Suecia
<b>120</b>	Roba Munguambe	MFP
<b>121</b>	Arlete Olinda Boa	MPD
<b>122</b>	Merudic André	KULIMA
<b>123</b>	Fernando Rogule	DECIM
<b>124</b>	Francisco Dinauro	EU
<b>125</b>	Saana Halinen	Finlandia
<b>126</b>	Nuno Carlos	DIT
<b>127</b>	Miguel Rombe	CIDA
<b>128</b>	Diogo Franca	Emb. Portugal
<b>129</b>	Celso Chambisso	STV
<b>130</b>	Eleutério Mabjaia	IPEME
<b>131</b>	Anacleta Chiango	MPD
<b>132</b>	Lúcia Arcénia Ngovene	
<b>133</b>	José Matoa	
<b>134</b>	Alcides Maússe	CTA
<b>135</b>	Osvaldo Catine	IAM – MINAG
<b>136</b>	Manuel	DPA
<b>137</b>	Fernando Ngoca	MPD/ DNP
<b>138</b>	Mard De Meer	Belgica
<b>139</b>	Júlio Filimone	MPD / DNP
<b>140</b>	Evenilde Tamele	MPD/DNP

